

## **RELAÇÃO TRABALHO-EDUCAÇÃO NO CAMPO: TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA NO BRASIL**

Suze da Silva Sales/Universidade Federal do Piauí/ suzesalles@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente artigo busca analisar, a partir de revisão bibliográfica, aspectos historiográficos referentes à educação destinada aos povos residentes nas áreas rurais brasileiras e as tentativas de relacionar o princípio do trabalho aos conteúdos e propostas pedagógicas voltadas aos rurícolas, tendo como recorte temporal para esta análise as primeiras décadas do século XX, quando se agrava a condição de milhões de brasileiros, outrora residentes nas áreas rurais, que se vêem expropriados de suas condições de produção de vida e subsistência como trabalhadores agrícolas. A questão norteadora do estudo foi: Qual avaliação é possível fazer quanto às tentativas de vincular educação aos aspectos do trabalho e produção da vida material inerentes ao meio rural foram irradiadas/implementadas no Brasil na primeira metade do século XX? Assim, parte-se do conceito de trabalho em Marx e Engels (2007), tendo em vista a centralidade deste pressuposto em estudos historiográficos na perspectiva do materialismo-histórico-dialético. O texto prossegue para a análise da forma como o capitalismo foi avançando no Brasil, reproduzindo eventos ocorridos em outras nações, como no caso da Inglaterra. Por fim, com base em Saviani (1996 e 2008) e Fonseca (1985), analisa-se a centralidade urbana, o ruralismo pedagógico e a Extensão Rural como fatos marcantes do período proposto ao estudo. As conclusões apontam que essas ações nada mais foram do que a tentativa de um projeto de campo para atendimento aos interesses do capital, na medida em que, através da educação, fixar-se-ia a massa excedente de trabalhadores à terra e, conseqüentemente, mão-de-obra barata e local à agroindústria nascente.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Capitalismo. Ruralismo Pedagógico. Extensão Rural.

*É possível dizer que todos os momentos mais notáveis da história da sociedade brasileira estão influenciados pela questão agrária. As rupturas políticas das últimas décadas, quando o Brasil já é um país bastante urbanizado e industrializado, também revelam essa influência. A questão agrária está presente na transição da Monarquia à República, do Estado oligárquico ao populista, do populista ao militar, na crise da ditadura militar e nos movimentos e partidos que estão lutando pela construção de outras formas de Estado. Há muito campo nessa história (IANNI, 1984, p. 7).*

### **Considerações Iniciais**

As décadas iniciais do século XX se caracterizaram no Brasil pelo desenvolvimento da área urbana e da indústria nacional, até então tímida em sua existência. Quando a indústria é expandida, a cidade parece oferecer melhores condições de trabalho e subsistência do que o

campo. Entretanto, antes de uma escolha, o êxodo foi a concretização do resultado da ampliação do modelo capitalista no país e da expulsão de milhões de brasileiros das áreas rurais e da expropriação da base fundiária.

Neste momento, a educação surge como artimanha do capital na tentativa de conter a saída em massa de trabalhadores das áreas rurais, uma vez que a indústria não conseguia absorvê-la por completo. Assim, o Ruralismo Pedagógico, como corrente de pensamento e a Extensão Rural, como prática, foram episódios marcantes no tocante ao projeto de República capitalista no Brasil.

Dessa forma, o presente texto busca analisar, a partir de revisão bibliográfica, aspectos historiográficos referentes à educação destinada aos povos residentes nas áreas rurais brasileiras e as tentativas de relacionar o princípio do trabalho no campo às perspectivas do Ruralismo Pedagógico e da Extensão Rural. Esta última, ainda mais cruel com os rurícolas, na medida em que os considerava o “Jeca Tatu”<sup>1</sup>, personagem de Monteiro Lobato, criado em 1914, como o caboclo brasileiro, autêntico morador do campo, o qual precisava ser “educado”, na plenitude deste termo, tanto no que se referia aos aspectos de saúde-higiene, escolares, estéticos ou políticos, dos quais ele não tinha nenhum senso.

Para esta análise, partiu-se do conceito de trabalho em Marx (1996, 2007) para se chegar à questão: Qual avaliação é possível fazer quanto às tentativas de vincular educação aos aspectos do trabalho e produção da vida material inerentes ao meio rural que foram irradiadas/implementadas no Brasil na primeira metade do século XX?

A expansão do capitalismo no Brasil aponta para uma aproximação e replicação de eventos que ocorreram em países em que este modelo se desenvolveu, sobretudo no que se refere à expropriação da área rural e a conseqüente saída de grandes contingentes de camponeses trabalhadores em direção aos centros urbanos. Para o entendimento destes eventos, o texto toma como aporte teórico os estudos de Marx (1996) sobre a “Acumulação

---

<sup>1</sup> No primeiro momento, Monteiro Lobato cria a figura do Jeca Tatu para exemplificar a situação do caboclo brasileiro. Entretanto, ao tomar parte da campanha sanitária, promovida por figuras ilustres como Rui Barbosa, nas décadas iniciais da Primeira República, Lobato passa a acreditar que “o Jeca não é assim: está assim”. Essa expressão reflete que o caboclo se encontra em estado de verminose social não por sua própria vontade, mas pelo abandono que sofre por parte do governo e das forças políticas. (Cf. LIMA, N. T., HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C., SANTOS, R. V. (Orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996).

Primitiva” que explicita e baliza a origem e os desdobramentos do capitalismo na Europa, mais especificamente na Inglaterra.

Por fim, a análise remete aos textos de Saviani (1996, 2008) e Fonseca (1985) para a compreensão da crescente centralidade do espaço urbano na sociedade brasileira e dos aspectos do Ruralismo Pedagógico e da Extensão Rural como tentativas de relacionar trabalho-educação, valorização e permanência dos rurícolas em seu meio.

### **Trabalho como pressuposto da condição humana e sua apropriação como elemento chave do desenvolvimento do capitalismo**

Os seres humanos, diferentemente de outros animais, não apenas se adaptam ao ambiente do qual fazem parte, acima de tudo, os homens transformam este ambiente criando condições adequadas para sua sobrevivência e consequente acomodação a ele. Neste sentido, Marx e Engels (1996, p.87), afirmam que,

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (grifos dos autores).

A partir do momento em que os homens passam a modificar o ambiente e começam a deter os meios de alterá-lo, a concepção de existência nômade é superada pela existência sedentária. Ao passo em que a relação dos homens com a natureza avança para a conseqüente dominação desta por aqueles, o trabalho torna-se fator central na experiência humana. Marx (1996, p. 297) analisa a relação homem-trabalho da seguinte forma

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

A superação da contradição nômade/sedentário e a fixação a uma determinada área e região dão início a um processo de conquista/apropriação de terras que passará a definir os homens e sua relação com a natureza e os meios de produzirem sua própria existência. Institui-se, assim, as aglomerações humanas que Marx, em *A Ideologia Alemã*, vai definir de

três formas iniciais: tribal, comunal ou estatal antiga e feudal. A propriedade tribal é a primeira forma de propriedade. Neste modelo, não existia o domínio de poucos em relação à terra, mas, de acordo com Marx (2007, p.), havia o “[...] o direito do indivíduo a desfrutá-la como uma simples possessão”. O autor dá seguimento à análise da seguinte forma,

Para os povos que saem da Idade Média, a propriedade tribal evolui passando» por diferentes estádios - propriedade fundiária feudal, propriedade mobiliária corporativa, capital de manufatura - até ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e a concorrência universal, que representa a propriedade privada no estado puro, despojada de qualquer aparência de comunidade e tendo excluído toda a ação do Estado sobre o desenvolvimento da propriedade. É a esta propriedade privada moderna que corresponde o Estado moderno [...]

O capitalismo, em sua essência, configura-se pela exploração da mais-valia, conceito utilizado por Marx para explicar a forma pela qual o capital conquista e aumenta seu lucro, ou seja, pela exploração do homem pelo homem, dos que detém os meios de produção sobre os que nada mais lhes restou a não ser a força de trabalho a ser vendida em troca de um salário. Nesse sentido, pode-se questionar: o que dá início a este processo de exploração? Segundo Marx (1996) “A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo processo” (MARX, 1996, p.342).

Se o produto do trabalho me é estranho e se contrapõe a mim como poder estranho, a quem pertencerá então? Se a minha própria atividade não me pertence, se é uma atividade alheia, forçada, a quem pertencerá portanto? A *outro* ser diferente de mim. Quem é esse ser? [...] O ser *estranho*, a quem pertence o trabalho e o produto do trabalho a cujo serviço está o trabalho e a cuja fruição se destina o produto do trabalho só pode ser o próprio *homem*. Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a *outro homem distinto do trabalhador* (MARX, s/d, p. 167 grifos do autor).

Para ilustrar o processo de desenvolvimento do capital, Marx (1996), analisa o caso da Inglaterra como exemplo clássico dos acontecimentos. A servidão havia desaparecido na Inglaterra já na última parte do século XIV. O campo era povoado por camponeses livres economicamente autônomos, trabalhadores assalariados que aproveitavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, arrendatários livres. Mesmo os trabalhadores assalariados recebiam, além do pagamento pelo trabalho, um terreno de 4 ou mais acres além do *cottage* (casa com quintal, celeiro, pequeno pedaço de terra).

De acordo com Marx, o prelúdio do revolucionamento dessa base fundiária, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do Século XV. “À rarefação do povo independente, economicamente autônomo, do campo, correspondeu o adensamento

do proletariado industrial” (1996, p.365). O camponês teve de dar lugar a outras atividades no campo, como a criação de ovelhas. As lavouras foram substituídas por pastagens e iniciou-se a destruição das moradias camponesas. Em consequência, a cidade passa a ter a centralidade no processo capitalista por abrigar a grande indústria nascente.

A época moderna se caracteriza por um processo baseado na indústria e na cidade. Neste sentido, diferentemente da Idade Média onde era a cidade que se subordinava ao campo, a indústria à agricultura, na época moderna, inverte-se a relação e é o campo que se subordina à cidade; é a agricultura que se subordina à indústria. Por isso, na sociedade capitalista, a agricultura tende a assumir cada vez mais a forma da indústria, tende a mecanizar e a adotar formas industriais e a se desenvolver segundo determinados insumos, insumos esses que são produzidos segundo a forma industrial. De outro lado, dado que a indústria é a base do desenvolvimento das cidades, a sociedade moderna vai se caracterizar pela subordinação do campo à cidade ou, dizendo de outra maneira, por uma crescente urbanização do campo. O próprio campo passa ser regido por relações do tipo urbano (SAVIANI, 1996, p. 154).

Dinheiro e mercadoria requerem sua transformação em capital e isso se dá pela separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho. Com a transformação dos pequenos camponeses em assalariados e de seus meios de subsistência em elementos materiais do capital, criou-se para este último um mercado interno do qual o capital necessita para obtenção e manutenção do lucro.

Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições do seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1996, p.340)

Esta separação se dá quando o trabalhador se torna “livre” para vender sua força de trabalho (MARX, 1996, p.341). A exploração capitalista surge onde o trabalho escravo já foi abolido e o trabalhador foi expropriado de todos os meios de subsistência que antes possuía não lhe restando alternativa que não a venda de sua força de trabalho. A servidão do trabalhador origina tanto o trabalho assalariado quanto o próprio capitalista, ou seja, houve uma mudança na sujeição do trabalhador que passou da antiga exploração feudal à capitalista

No momento em que a grande indústria avança e o capitalismo se consolida na Europa, já existe uma divisão de classes sociais que vai cada vez mais se definindo: a dos detentores dos meios de produção, a burguesia e a classe dos que necessitam vender sua força de trabalho como única mercadoria que lhes restou, ou seja, a classe do proletariado.

Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições do seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1996, p.340)

Neste cenário, em que a grande indústria urbana é protagonista, com o desenvolvimento da maquinaria e da força motriz a partir de fontes de energia móveis, como o vapor e a energia elétrica, surge, concomitantemente, a necessidade de mão-de-obra para produção. A cidade passa a ser o foco e o alvo dos expropriados da terra. “A expropriação e a expulsão de parte do povo do campo liberam, com os trabalhadores, não apenas seus meios de subsistência e seu material de trabalho para o capital industrial, mas criam também o mercado interno” (MARX, 1996, p.367). De acordo com Saviani (1996, p.156-157),

A palavra cidade traz sempre referência ao progresso, ao desenvolvimento, enquanto o campo está sempre vinculado ao atraso, ao rústico, ao pouco desenvolvido. Se levarmos em conta a etimologia das palavras, isto fica claro. Assim temos *civilizado* que vem de *civitas* – que é a palavra latina que designa cidade – da qual igualmente deriva cidadão, que designa o habitante da cidade; mas também cidadão significa sujeito de direitos e deveres, sujeito de direitos políticos. *Político* vem de *pólis*, palavra grega que significa cidade, e daí também derivam expressões como polido, sujeito bem educado. Se examinarmos as palavras originárias de campo, como por exemplo *rus*, palavra latina que designa campo, temos então *rústico*, rude para designar algo atrasado, não desenvolvido. E se tomarmos a palavra *agrós*, que em grego significa campo, vamos ter *agreste*, *acre*, que significa algo agressivo, que não tem boas maneiras, que não é polido, que não é civilizado. Estas referências sugerem, então, uma contraposição entre uma sociedade baseada na cidade e na indústria, desenvolvida, por oposição a uma sociedade agrária baseada no campo, que sugere algo atrasado, pouco desenvolvido (grifos do autor).

Todo este processo foi desenvolvido a custa da violenta criação do proletariado livre, disciplina sanguinária que transformou os trabalhadores camponeses em assalariados, a sórdida ação do soberano e do Estado. Esses fatores favoreceram a exploração do trabalho e a acumulação do capital, trazendo para a centralidade da história, a cena urbana.

### **A centralidade do modelo urbano e as tentativas de aproximação da relação trabalho-educação no meio rural brasileiro**

Semelhante ao caso inglês, a ida de um contingente cada vez maior de pessoas para os centros urbanos no Brasil se apresentou desastrosa, como em várias nações onde o capitalismo foi implantado e expandido. Frente a essa realidade, os republicanos investiram em um movimento de retomada das raízes rurais do país, ou seja, da retomada do homem do campo como o representante do nacionalismo, como verdadeiro e autêntico homem brasileiro.

Assim, a escola foi uma das estratégias utilizadas pelo governo no processo de fixação do homem ao campo.

A humanidade se divide em classes. A história da escola começa com a divisão dos homens em classes. Essa divisão da sociedade em classes coloca os homens em antagonismo, uma classe que explora e domina outra. Atingimos, com a sociedade capitalista, o máximo de desenvolvimento da sociedade de classes (SAVIANI, 1996, p. 159).

Até meados dos anos finais do século XIX, a educação oferecida no campo no Brasil, em nada diferia da urbana. Lourenço Filho, em sua tese apresentada na Primeira Conferência Nacional de Educação de 1927, afirmava que a escola da “roça é a mesma escola verbalística da cidade, com a mesma tendência literária e urbanista”. Fazia-se, então, necessário, às vistas da classe burguesa, um ensino voltado à defesa do espírito patriótico e da identidade brasileira do homem rural, bem como conteúdos que enfocassem as características regionais e locais e a vinculação ao trabalho no campo. A necessidade descrita deu origem à corrente que ficou conhecida como “Ruralismo Pedagógico”.

Pensava-se num determinado tipo de escola que atendesse as orientações do “ruralismo pedagógico”. Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalistas, cujo objetivo escolanovista reforçava essa posição “da escola colada à realidade”, baseada no princípio de “adequação” e assim colocava-se ao lado das forças conservadoras. Isso porque a “fixação do homem ao campo”, a “exaltação da natureza agrária do brasileiro” faziam parte do mesmo quadro discursivo com que a oligarquia rural defendia seus interesses. Por outro lado, o grupo industrial, também ameaçado pelo inchaço das cidades e pela impossibilidade de absorver a mão-de-obra, engrossava a corrente dos ruralistas (FONSECA, 1985, p.55).

O movimento ruralista, entretanto, não foi uma tomada de consciência do problema enfrentado pela população rural, e sim uma visão político-ideológica, objetivando, acima de tudo, a manutenção do “*status quo*”. O interesse era que o campesinato continuasse no seu meio, produzindo os bens necessários à indústria e à manutenção da vida nas cidades, para que elas se desenvolvessem de forma organizada e ordeira.

A instrução popular rural, preconizada na Primeira República, buscava instruir o homem do campo com conteúdos que o educasse, mas sem que deixasse de lado o seu trabalho, ou seja, que não criasse nele a expectativa de transitar em outra classe social, enfim, de capacitar um homem disciplinado e contribuinte no sistema de produção capitalista. Pode-se aprofundar esta análise pela fala de Saviani (1996, p. 160-161),

A sociedade capitalista é baseada na propriedade privada dos meios de produção. Se os meios de produção são propriedade privada, isto significa que são exclusivos da classe dominante, da burguesia, dos capitalistas. Se o saber é força produtiva deve ser propriedade privada da burguesia. Na medida em que o saber se generaliza e é apropriado por todos, então os trabalhadores passam a ser proprietários de meios de produção. Mas é da essência da sociedade capitalista que o trabalhador só detenha a força de trabalho. Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas “doses homeopáticas”, apenas aquele mínimo para poder operar a produção. É difícil fixar limite, daí porque a escola entra neste processo contraditório: ela é reivindicada pelas massas trabalhadoras, mas as camadas dominantes relutam em expandi-la.

A escola “oferecida” aos povos no meio rural em nada contribuía para expansão da educação de forma igualitária, nos mesmos padrões do ideal de escola urbana da época. Além de haver poucas escolas, os conteúdos não eram trabalhados de maneira a possibilitar uma ascensão da classe trabalhadora rural. Essa perspectiva ruralista vai se manter inalterada até os anos de 1940, quando o governo brasileiro passa a receber subsídios de organismos internacionais e lança outras propostas para a educação rural.

Estas propostas, entretanto, nada traziam de novo em relação à postura conservadora do movimento anterior, mudavam-se apenas seus promotores (o governo brasileiro passa a receber a ajuda do Governo americano e da ONU) e as direções e estratégias de ação, cuja meta era atingir não apenas a escola rural, mas também o homem do campo adulto, através de campanhas comunitárias (FONSECA, 1985, p.56).

Como se nota na fala de Fonseca (1985), a situação da educação no campo vai passar por um período de inércia, de continuidade da tendência ruralista do ensino em prol da nacionalização das populações rurais e da sua fixação no campo. Essa ordem só se altera na década de 1940, quando o país começa a ser influenciado por idéias oriundas de nações desenvolvidas, como os Estados Unidos.

Essas idéias configuraram o projeto conhecido como Extensão Rural<sup>2</sup>, que, segundo a autora, não visava somente à educação, que seria mais um instrumento para desenvolver e por

---

<sup>2</sup> O projeto de extensão rural nasceu nos Estados Unidos da América, após a guerra de Secessão, quando o país aboliu definitivamente a escravidão, que ainda persistia no sul do país. Sem a força de trabalho escrava, os pequenos fazendeiros sulistas se viram em dificuldades frente às indústrias, que já se faziam presente por volta do século XIX. Frente a esses problemas, grupos de pequenos fazendeiros decidiram se organizar em associações, com o objetivo de discutir os problemas de comercialização e produtividade. A necessidade dos fazendeiros de melhorar a produção e a circulação de mercadorias deu origem a uma gama de relações que foram construídas entre os mesmos, e posteriormente com a academia e o governo norte-americano, que em 1914 oficializou esse trabalho cooperativo como Extensão Rural. A finalidade foi possibilitar que a população rural americana tivesse contato, mesmo estando ausente da escola formal, com conhecimentos úteis ao trato com a agricultura e pecuária, bem como com a administração da propriedade rural e com a lida doméstica.

em prática os objetivos do projeto capitalista para o Brasil, que tinha como público alvo, neste momento, o homem do campo adulto.

O modelo extensionista norte-americano chega à América Latina em um contexto que não se pode desprezar. Logo após a 2ª Guerra Mundial, o governo americano, preocupado em disseminar as idéias capitalistas em detrimento ao socialismo da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, oferece ajuda às nações subdesenvolvidas, perfil em que se enquadrava o Brasil. A situação do campo brasileiro se apresentava preocupante, uma vez que,

O capital hegemônico passava a ser o capital industrial para que a modernização do sistema econômico se fizesse sem entraves e desvios em termos do processo de produção capitalista. Isso requereria do setor agrícola o exercício de um novo papel perante a economia como um todo. Além de continuar como geradora de divisas pelo fornecimento dos produtos alimentícios de exportação, a agricultura deveria suprir ainda as necessidades das classes urbanas e trabalhadoras [...] (FONSECA, 1985, p.61).

As elites sociais econômicas, como afirma Fonseca (1985), uniram-se para manter o rurícola no campo, pois o isolamento dessa classe era necessário à manutenção da ordem vigente e à defesa dos interesses imediatos do capitalismo em expansão: fornecimento dos produtos alimentícios de exportação e suprimento das necessidades das classes urbanas trabalhadoras.

Com a vitória dos Aliados na guerra, a partir de 1945, são reforçados os ideais de “democratização” propagados principalmente pela nação norte-americana. Juntamente com esses “ideais”, são criados também fundos de verbas para o combate do subdesenvolvimento. O Brasil do governo Dutra se rende, então, a esses apelos e decide abrir as portas do país para o capital estrangeiro. Novamente, a análise não pode ser ingênua. A entrada do capital estrangeiro como subsídio para a melhoria da produção do campo não deve ser entendida...

[...] somente como mais uma das investidas do expansionismo americano sobre os países subdesenvolvidos, mas também pela firme disposição das elites brasileiras de responderem as demandas imediatas da economia, ou seja, de continuarem como detentoras dos lucros de uma acumulação que é gerada pela natureza das relações que se estabelecem entre as classes que compõem a sociedade como um todo (FONSECA, 1985, p. 64).

A interferência estrangeira foi legitimada, mais uma vez, pelos interesses dominantes, que viram nessa intervenção a forma mais acertada de agilizar a produção no campo sem, contudo, alterar o *status* que predominava nas relações entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores, forçados a vender sua força.

Assim, o país recebe a missão conhecida como Rockefeller, nome do assistente do presidente Roosevelt que veio ao Brasil analisar a situação do campo. Ao observar a situação das cidades, como o Rio de Janeiro, o então enviado americano chegou à conclusão de que a pobreza dessas cidades se devia ao fato do êxodo rural, já bastante acentuado na época. Seria necessário, então, iniciar o processo de intervenção nas regiões que mais migrantes forneciam. O estado escolhido foi Minas Gerais, segundo as pesquisas de Fonseca (1985).

Neste estado, foi desenvolvido o *Plano de recuperação econômica e fomento da produção*, o qual contemplava ações de ordem econômica no campo, pois as causas do êxodo rural não eram entendidas mais pelo despreparo técnico científico do camponês, mas pela falta de recursos financeiros destinados à área rural. Entretanto,

Em nenhum momento o êxodo rural foi tratado fora dos limites da interpretação das elites, pois tratar tal problema do ponto de vista dos interesses da população rural (acesso à terra, condições satisfatórias de trabalho, comercialização adequada da produção) significava, naquele momento, rever a estrutura secular do sistema agrário brasileiro (FONSECA, 1985, p. 64).

Rever a estrutura do sistema agrário nunca interessou às elites do país, antes, reafirmasse. A preocupação era a de manter a ordem vigente desde a colônia, só o que deveria mudar era a questão da produtividade, que já se fazia preocupante. Nesse momento, era necessário também propagar um discurso capaz de obter o consenso da população para a aceitação do plano.

O plano idealizado para o estado de Minas Gerais buscava elevar o nível de vida rural, contribuindo para que essa população viesse a ter melhores condições de vida. Tal proposta precisava receber o apoio incondicional dos habitantes do meio rural que participariam ativamente das ações e, em contrapartida, seria fornecendo crédito aos pequenos lavradores, assistência técnica, ensino coletivo – ministrado em cada comunidade por agrônomo e por uma supervisora doméstica. A educação entraria como um dos recursos utilizados para capacitar o povo a viver melhor e também para fixá-lo em seu meio. Esta primeira tentativa, de acordo com Fonseca (1985), quando avaliada, apresentou resultados insatisfatórios.

A extensão se definia como um empreendimento educativo: “produzir mudanças nos conhecimentos, nas atitudes e nas habilitações para que se atinja o desenvolvimento tanto individual como social”. Assumindo características de ensino informal (fora da escola), o trabalho extensionista se propunha como diferenciado [...] (FONSECA, 1985, p. 64).

A escola estaria, assim, em qualquer lugar. Ela estaria onde o aluno estivesse e o trabalho educativo deveria girar em torno da família. A base para o trabalho educativo deveria ser a “empresa familiar”, persuadindo cada membro a utilizar os recursos técnicos em suas atividades. A utilização das linhas de crédito, que foram disponibilizadas, também era fomentada nesse projeto.

A extensão rural trouxe aspectos que, embora objetivassem a melhoria da qualidade de vida e o aumento da produtividade, contribuíram significativamente para a subordinação da sociedade agrária ao capital e à sociedade urbano-industrial. A experiência mineira, já consolidada em 1956, foi sendo implantada em outros estados da federação, segundo informações de Fonseca (1985).

### **Considerações ainda iniciais**

Ao longo do texto, tentou-se apresentar a forma como o modelo capitalista originou uma revolução agrícola que forneceu à indústria urbana cada vez mais massas de proletários. O camponês, que antes produzia os bens para seu consumo, já não o fazia e precisava adquiri-lo do seu trabalho. Marx (1996) chama atenção para o fato de que todos os eventos decorridos num recorte temporal entre o Século XV e o final do Século XVIII, ocasionaram revolucionamentos que serviram de alavanca à classe capitalista.

Dentre estes revolucionamentos, o autor dá ênfase para os momentos históricos em que grandes massas humanas foram arrancadas súbita e violentamente da terra e de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários “livres como os pássaros”. Na verdade, uma pseudo-liberdade, tendo em vista que esta condição não foi escolhida, mas a única alternativa que restou aos trabalhadores camponeses.

Por não haver condições de produção de subsistência no campo, aconteceu o agravamento do êxodo nas áreas rurais de diversos países, fato este que desaguou na expropriação de milhões de trabalhadores do campo, colocando a cidade, como *locus* da grande indústria, na centralidade do processo capitalista.

O Brasil, mesmo que tardiamente, passou por momentos que guardam estreita semelhança com as análises de Marx (1996) sobre a acumulação primitiva do capital. Assim como no modelo clássico da Inglaterra, ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, houve a maciça retirada de trabalhadores rurais para os centros urbanos e, conseqüentemente, o inchamento dos aglomerados populacionais e a não absorção de todo este contingente pela indústria urbana, gerando uma horda de desempregados.

Neste ponto, houve a tentativa burguesa de colocar a educação dos povos residentes no campo como fator de exaltação e fixação dos trabalhadores rurais à terra por meio de uma tendência que ficou conhecida por Ruralismo Pedagógico. Na década de 1940, o foco se voltou para as experiências de Extensão Rural mais ligadas às tentativas de “educar” os rurícolas para o desenvolvimento de um trabalho produtivo e de um projeto capitalista para o campo.

Do ponto de vista capitalista o sucesso desses tipos de intervenção dependia de um caráter altamente persuasivo, ou seja, o objetivo era educar o público, colocando toda ênfase na modificação das mentalidades e na estreita relação trabalho-educação rural. Seria o caso do adestramento dos trabalhadores ao modelo vigente do capital.

Do ponto de vista dos trabalhadores rurais, no entanto, as tentativas de fixação à terra nada mais fizeram do que marginalizar ou omitir quaisquer referências às reformas econômicas e político-sociais que eram necessárias e urgentes. Todo o processo contribuiu para o empobrecimento dos trabalhadores do campo e a permanência de altos índices de analfabetismo até aos dias atuais nessas áreas.

Este estudo introdutório precisa ser aprofundado, principalmente no ponto da relação trabalho-educação. Como se notou, esta relação não esteve presente de forma sólida e clara no período enfocado no texto. Entretanto, as conclusões anteriores apontam para desdobramentos históricos em que, nos dias atuais, ainda se tenta a exaltação do modelo de vida do campo. A História ensina que projetos como estes não são os caminhos. Cabe aprofundar, então, quais os caminhos. Neste ponto, chega-se, novamente, às considerações iniciais e ao estudo da contradição urbano/rural e sua superação.

## REFERÊNCIAS

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil**, um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manuscritos econômicos filosóficos**. s/p, s/d.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Cap. 1 - Feuerbach: Oposição das Concepções Materialista e Idealista. Karl Marx e Friedrich Engels. pp. 35-106

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1996 Vol. II, cap.XXIV: A assim chamada acumulação primitiva. Pp. 339-382.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1996. Vol. I, cap.V: Processo de trabalho e processo de valorização pp. 297-315.

RAMAL, Camila Timpani. **O Ruralismo Pedagógico no Brasil**: Revisitando a História da Educação Rural. Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/files/e2qdukOb.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/files/e2qdukOb.pdf). Acesso em 02/07/2013.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias, In: FERRETTI, C. J.; et al (Orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Ed. 6. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

SAVIANI, D. Educação Socialista, Pedagogia Histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, J. C. SAVIANI, D. **Marxismo e Educação**: Debates contemporâneos. Campinas, Autores Associados, 2ª Ed. 2008. pp. 223-274.